

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRC-PR CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

310 ANALISTA CONTÁBIL



CADERNO DE PROVAS - LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 Confira se seu CADERNO DE PROVAS corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém sessenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 60, uma prova discursiva e uma folha rascunho.
- 2 Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 3 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, que serão entregues pelo fiscal durante a prova, são os únicos documentos válidos para a correção das questões objetivas e da prova discursiva expostas neste caderno.
- 4 Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
- 5 Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta da prova discursiva, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
- 7 Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
- 8 Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
- 9 A duração total das provas objetiva e discursiva é de 3 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova -, à transcrição do texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
- 10 Reserve, no mínimo, os 25 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
- 11 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
- 12 É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
- 13 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
- 14 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA, a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO e deixe o local de prova.

INFORMAÇÕES

- **22/01/2017** – Data de aplicação da prova objetiva.
- **23/01/2017** – A partir das 16h (horário de Brasília) – Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

Para uso do Instituto QUADRIX

Chave de Segurança

TIPO 2 B

ACO310

INSTITUTO
QUADRIX

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS GERAIS

Para responder às **questões de 1 e 2**, leia o texto abaixo.

Administrador judicial da Oi deve divulgar nova lista de credores em janeiro

Primeira lista de credores da Oi foi apresentada em junho, quando a empresa fez o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil sob peso de R\$ 65,4 bilhões em dívidas

Uma lista atualizada dos credores da Oi vai ser divulgada em janeiro de 2017 pelo administrador que trata diretamente da recuperação judicial da empresa, disse o diretor financeiro da operadora de telefonia, Ricardo Malavazi Martins, em reunião com analistas e investidores.

Segundo Martins, há algumas contestações sendo feitas em cima da primeira lista apresentada em junho. "Estamos na segunda onda que é: o administrador judicial recebeu todas as objeções e modificações que os credores já colocaram e deve publicar uma segunda lista", disse o executivo.

"A partir dessa lista, vai haver outra rodada em que os credores vão poder fazer objeções diretas ao juiz e não mais ao administrador judicial para que a empresa possa se posicionar. Com a lista definida você define quem são os credores. É um processo lento... mas não temos como acelerar", acrescentou. A primeira lista de credores da Oi foi apresentada em junho, quando a empresa fez o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil sob peso de R\$ 65,4 bilhões em dívidas.

Nos últimos dias, uma proposta alternativa ao plano de recuperação judicial da Oi foi apresentada à empresa por um grupo de credores que se aliou ao bilionário egípcio Naguib Sawiris. A proposta prevê troca de dívida por ações e prevê R\$ 37 bilhões em investimentos nos próximos cinco anos. O plano prevê que os credores vão assumir controle da Oi em uma operação de troca de dívida por ações na qual R\$ 24,82 bilhões em dívida serão trocados por 95% do patrimônio líquido da Oi.

Martins evitou comentários específicos sobre a proposta alternativa apresentada na sexta-feira. Ele estimou que uma proposta consensual para a recuperação da Oi poderá ser divulgada até o fim de março de 2017. "Nossa expectativa é que no primeiro trimestre a gente consiga formular outro plano que possa ser encaminhado a uma assembleia de uma forma negociada", disse Martins.

(g1.globo.com)

QUESTÃO 1

A respeito da construção frasal em "Uma lista atualizada dos credores da Oi vai ser divulgada em janeiro de 2017 pelo administrador", assinale a alternativa em que haja uma análise correta.

- (A) Trata-se de uma construção com verbo na voz ativa, já que o sujeito é agente e o verbo é transitivo direto complementado por objeto direto.
- (B) É uma construção com verbo na voz passiva analítica, o que se comprova pela presença de uma locução verbal contendo um particípio e de um agente da passiva.
- (C) É uma construção de voz passiva sintética, ou pronominal, até porque há a presença do pronome apassivador, ou partícula apassivadora.
- (D) Trata-se de um período composto com verbos na voz ativa, o que se comprova pela ausência de sujeito e de agente da passiva.
- (E) Trata-se de um raro exemplo de voz reflexiva recíproca com apenas um agente, já que a reciprocidade se percebe apenas implicitamente.

QUESTÃO 2

Observe a utilização do verbo "haver" em "A partir dessa lista, vai haver outra rodada". Sobre ela, analise as afirmativas.

- I. Ao participar de uma locução verbal, o verbo "haver", impessoal nesse contexto, torna toda a locução impessoal.
- II. Caso a expressão "outra rodada" seja substituída por "outras rodadas", a locução "vai haver" teria de ser substituída por "vão haver", para manter a adequação às normas de concordância verbal.
- III. Como ocorre em locuções verbais, uma das ocorrências verbais está em uma forma nominal – nesse caso, é um infinitivo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II e III, somente.

Para responder à **questão 3**, leia os quadrinhos abaixo.



(www.umsabadoqualquer.com)

QUESTÃO 3

Quanto à tirinha como um todo, analise as afirmativas.

- I. O principal objetivo dos quadrinhos é construir o humor por meio da polissemia da palavra "sonhos".
- II. As reticências, no segundo quadrinho, marcam a dificuldade do pai (de chapéu) de se comunicar com o filho, já que não compreende as palavras do menino.
- III. A palavra "direitinho" apresenta-se no diminutivo para marcar o tamanho reduzido dos sonhos do garoto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 4

"O uso de pronomes e locuções pronominais de tratamento tem larga tradição na língua portuguesa. De acordo com Said Ali, após serem incorporados ao português os pronomes latinos tu e vos, "como tratamento direto da pessoa ou pessoas a quem se dirigia a palavra", passou-se a empregar, como expediente linguístico de distinção e de respeito, a segunda pessoa do plural no tratamento de pessoas de hierarquia superior."

Brasil. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002, p. 9. Adaptado.

A respeito do emprego dos pronomes de tratamento, assinale a alternativa totalmente correta.

- (A) Em qualquer comunicação oficial dirigida a um funcionário público, deve-se empregar o superlativo "digníssimo", já que a dignidade é pressuposto para que se ocupe um cargo público.
- (B) O vocativo "Magnífico" corresponde à forma "Vossa Magnificência", assim como "Eminente", à "Vossa Eminência".

- (C) Em comunicações oficiais dirigidas ao Presidente da República, emprega-se a forma "Excelentíssimo Senhor", seguida da designação do cargo.
- (D) Qualquer autoridade do poder público é tratada com o vocativo "Senhor", seguido do respectivo cargo, independentemente de qual seja ele.
- (E) Em comunicações oficiais dirigidas a senadores, emprega-se a forma "Doutor", já que esse título acadêmico é requisito para que se ocupe o cargo.

QUESTÃO 5

Em uma empresa há 520 funcionários operacionais e 65% desses funcionários são do sexo feminino. Após um programa de demissão voluntária, 20 funcionários do sexo masculino se desligaram da empresa. Após esse processo, surgiu uma vaga de supervisor e haverá escolha entre os funcionários para o cargo. Supondo que todos tenham as mesmas qualificações, qual a probabilidade de uma mulher ser escolhida para o cargo?

- (A) 67,6%.
- (B) 65,0%.
- (C) 70,0%.
- (D) 50,0%.
- (E) 66,0%.

QUESTÃO 6

Sejam dois conjuntos A e B. Considere as afirmações a seguir.

- I. $A \supset B$.
- II. A não é um conjunto vazio.
- III. $A - B = \emptyset$.

Considere que as afirmações acima sejam verdadeiras. É possível concluir que:

- (A) $B = \emptyset$
- (B) $B \not\subset A$
- (C) $A = B$
- (D) $B \in A$
- (E) $A \cap B = \emptyset$

QUESTÃO 7

Um analista de compras aprova 20% dos processos que são enviados a ele pela primeira vez. Os restantes são devolvidos aos setores de origem para correções. Um setor encaminhou quatro processos para esse analista. A probabilidade de que, pelo menos, um desses processos seja aprovado sem correções é, aproximadamente:

- (A) 72%.
- (B) 67%.
- (C) 41%.
- (D) 59%.
- (E) 48%.

QUESTÃO 8

Uma empresa que faz recebimentos em dinheiro concluiu que 2% de todas as notas que recebe são falsas. Com base na probabilidade frequentista, a probabilidade de receber três notas falsas na sequência é igual a:

- (A) 6%.
- (B) 0,0008%.
- (C) 8%.
- (D) 0,024%.
- (E) 2%.






ESPAÇO PARA RASCUNHO

ESPAÇO PARA RASCUNHO

Nas questões que avaliam os conhecimentos de noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o mouse está configurado para pessoas destros, que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do mouse e que teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 9

Uma pasta na unidade C de um computador com o Sistema Operacional Windows possui os seguintes arquivos:

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
 Apresentação	28/08/2016 21:14	Apresentação ...	137 KB
 imagem	23/05/2016 17:17	Imagem JPEG	273 KB
 Modelo	27/03/2016 14:59	Planilha do Mi...	15 KB
 musica	06/08/2016 23:33	Som no Forma...	8.755 KB
 Proposta	09/03/2016 08:52	Documento do...	12 KB

O tamanho aproximado dessa pasta no disco é de:

- (A) 9.192 bytes.
- (B) 9.192.000.000 bits.
- (C) 9.192.000 bytes.
- (D) 73.536 bytes.
- (E) 9.420.800.000 bits.

QUESTÃO 10

No Microsoft Word 2010 em português em condições ideais:

- (A) para selecionar todo o texto do documento em edição, pressiona-se a combinação de teclas CTRL + A.
- (B) a combinação de teclas CTRL + Z permite desfazer apenas o último procedimento (ou comando) executado, mesmo que pressionada várias vezes.
- (C) pressionando-se a combinação de teclas SHIFT e seta para baixo, todas as linhas da posição do curso até o final do documento serão selecionadas.
- (D) para salvar um documento com senha, é necessário baixar e instalar um *plug-in* adicional ao Word, chamado Microsoft Security.
- (E) é possível salvar um documento no formato PDF, que é um formato de arquivo usado para exibir e compartilhar documentos de maneira compatível, independentemente de *software*, *hardware* ou Sistema Operacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

O ativo de uma entidade pode ser subdividido em outros grupos menores, em que elementos são classificados com base em suas características. Os ativos não monetários, identificáveis e sem substância física são classificados em:

- (A) Ativo Imobilizado.
- (B) Ativo Intangível.
- (C) Ativo Circulante.
- (D) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- (E) Investimentos.

QUESTÃO 12

Os recursos aplicados no ativo de uma Instituição são provenientes do capital de terceiros e do patrimônio líquido. Para que haja vantagem na utilização do capital de terceiros é necessário que os ganhos a serem obtidos superem os encargos financeiros incorridos. A forma mais usual de avaliar se há ou não ganhos, em relação ao emprego do capital de terceiros, é por meio do quociente denominado:

- (A) Grau de alavancagem financeira.
- (B) Composição do endividamento.
- (C) Retorno sobre o capital próprio.
- (D) Rentabilidade do ativo.
- (E) Grau de alavancagem operacional.

QUESTÃO 13

O Lançamento Contábil caracteriza-se como a ferramenta para fazer o registro dos fatos que ocorrem em uma instituição. O fato é composto pelas contas que serão creditadas e debitadas em razão do fato que alterou o Patrimônio da organização. Dessa forma, a liquidação de uma dívida por meio de um cheque é uma operação que:

- (A) aumenta o Ativo e diminui o Passivo.
- (B) diminui o Ativo e o Passivo e aumenta o Patrimônio Líquido.
- (C) diminui o Passivo e o Ativo simultaneamente.
- (D) diminui e aumenta o Patrimônio Líquido.
- (E) altera a apuração de resultados do exercício em que se realizou a liquidação da dívida.

QUESTÃO 14

Considerando a equação patrimonial contábil ($A = P + PL$), a compra de um veículo por R\$ 80 mil em 31.12.X1, sendo pago 50% à vista e o restante financiado pelo Banco Alfa S.A., teria na equação patrimonial as seguintes consequências por ocasião do encerramento do exercício X1:

- (A) aumenta R\$ 80 mil no ativo e R\$ 40 mil no passivo.
- (B) aumenta R\$ 80 mil no ativo e R\$ 80 mil no passivo
- (C) aumenta R\$ 40 mil no ativo e R\$ 80 mil no passivo.
- (D) aumenta R\$ 80 mil no ativo e R\$ 40 mil no PL.
- (E) aumenta R\$ 40 mil no ativo e R\$ 40 mil no passivo.

QUESTÃO 15

A Comercial de Brinquedos Feliz Ltda. fez uma assinatura de revistas pelo período de 1 ano e pagou no ato (01/05/X1) o valor de R\$ 6.000. A assinatura tem início em maio de X1 e encerrará em abril de X2. A consequência dessa operação por ocasião do encerramento do exercício, em 31/12/X1, é:

- (A) uma despesa de R\$ 6.000.
- (B) uma despesa de R\$ 2.000.
- (C) uma exigibilidade (passivo) de R\$ 2.000.
- (D) uma despesa antecipada (ativo) de R\$ 2.000.
- (E) uma despesa antecipada (ativo) de R\$ 6.000.

QUESTÃO 16

Uma determinada empresa teve uma diminuição em seu indicador de liquidez seca durante o mês de dezembro de X1. Um dos motivos que pode ter causado essa redução foi o(a):

- (A) pagamento de despesas com salários.
- (B) aquisição de estoques para pagamento em fevereiro de X2.
- (C) integralização de capital social pelos sócios da empresa em dinheiro.
- (D) obtenção de financiamento para a compra de equipamento.
- (E) captação de empréstimo bancário de longo prazo.

QUESTÃO 17

De acordo com a NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, analise os seguintes requisitos em relação ao reconhecimento de uma provisão.

- I. Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado.
- II. Uma provisão deve ser reconhecida quando for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- III. Uma provisão deve ser reconhecida quando possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III, somente.
- (D) todos.
- (E) I, somente.

QUESTÃO 18

A empresa Libertas S.A. possuía, em discussão, alguns processos judiciais em diversas varas cíveis, conforme demonstram os dados a seguir.

Nº do Processo	Provisão Reconhecida e Constituída em 31/12/2015 (R\$ Mil)	Probabilidade de Perda em 31/12/2016	Valor Estimado da Perda em 31/12/2016 (R\$ Mil)
1	60.000	Provável	80.000
2	20.000	Possível	30.000
3	Não há	Possível	25.000
4	Não há	Provável	35.000

Com o apoio das informações acima, a empresa Libertas S.A. deverá, em 31/12/2016, complementar o saldo:

- (A) das provisões constituídas para os processos 1 e 2 no valor de 30.000 e constituir provisões para os processos 3 e 4 no valor de 60.000.
- (B) das provisões constituídas para os processos 1 e 2 no valor de 30.000 e constituir provisão somente para o processo 4 no valor de 35.000.
- (C) da provisão constituída para o processo 1 no valor de R\$ 20.000, constituir provisão para o processo 4 no valor de 35.000 e reverter a provisão constituída para o processo 2 no valor de 20.000.
- (D) da provisão constituída para o processo 1 no valor de R\$ 80.000, reverter a provisão para o processo 4 no valor de 35.000 e complementar a provisão para o processo 2 no valor de 10.000.
- (E) da provisão constituída para o processo 1 no valor de R\$ 20.000, constituir provisão para o processo 4 no valor de 35.000 e reverter a provisão constituída para o processo 3 no valor de 25.000.

QUESTÃO 19

As reservas são tão importantes quanto as provisões, quando recorremos aos aspectos previstos na Deliberação CVM nº 488/05. Na elaboração das demonstrações contábeis, a legislação prevê que sejam contabilizadas as reservas no Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, no Balanço Patrimonial (BP) das empresas. As reservas são destaques do Patrimônio Líquido, basicamente com fins fiscais e comerciais, o que se justifica pelo fato de que o PL é considerado a ligação entre a entidade jurídica, a empresa e os acionistas daquela empresa. Qual das seguintes reservas é uma reserva de capital?

- (A) Reserva de Contingências.
- (B) Reserva de Alienação de Bônus de Subscrição.
- (C) Reserva Estatutária.
- (D) Reserva de Expansão para Investimentos.
- (E) Reserva para Pagamento de Dividendo Obrigatório.

QUESTÃO 20

Após seu reconhecimento inicial, o ativo intangível deverá ser objeto de mensuração com base em seu custo, deduzida sua amortização acumulada e possíveis perdas. Assinale a alternativa que identifica os critérios válidos para a mensuração do ativo intangível.

- I. Revisão da vida útil.
- II. Identificação de eventual valor residual.
- III. Amortização do ativo intangível em cima da vida útil considerada.
- IV. Provisão para desvalorização do valor recuperável do ativo, se for o caso (*impairment*).

- (A) I, III e IV, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e IV, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) Todos.

QUESTÃO 21

A empresa Mercearia Eros Ltda. iniciou o exercício no mês de janeiro com o saldo de R\$ 2.000,00 na conta Caixa e de outros R\$ 2.000,00 na conta Estoque de Mercadorias. Durante o mês, a empresa realizou as seguintes transações:

1. recebimento do aluguel do mês, no valor de R\$ 40.000,00.
2. compra de mercadorias a prazo, no valor de R\$ 100.000,00, sendo 10% de entrada.
3. venda à vista de mercadorias por R\$ 40.000,00, alcançando um lucro bruto de 30%.
4. venda a prazo de mercadorias por R\$ 30.000,00, com entrada de 20% do preço, sofrendo um prejuízo da ordem de 10% do preço.
5. pagamento de R\$ 40.000,00 referente a duplicatas junto aos fornecedores e, também, de 10% de juros da dívida com os mesmos fornecedores.

Considerando exclusivamente as operações ocorridas e que as compras e vendas são isentas de impostos, podemos dizer que, ao final do mês, serão encontrados:

- (A) R\$ 12.000,00 em lucro de vendas.
- (B) R\$ 32.000,00 de saldo na conta Caixa.
- (C) R\$ 34.000,00 de saldo na conta Caixa.
- (D) R\$ 41.000,00 em Estoque de Mercadorias.
- (E) R\$ 44.000,00 em Estoque de Mercadorias.

QUESTÃO 22

A identificação do Ativo Intangível compreende dois aspectos:

- A possibilidade de ser separável dos gastos e demais ativos da organização, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, independentemente da intenção de uso pela empresa.
- Se for resultante de direitos contratuais ou legais, mesmo que tais direitos sejam transferíveis ou separáveis da empresa, bem como de outros direitos e obrigações.

Nesse contexto, os ativos intangíveis devem ser mensurados pelo:

- (A) custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação.
- (B) custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização e possíveis perdas.
- (C) custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização de seu valor.
- (D) custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.
- (E) valor de negociação em ambiente de livre mercado.

QUESTÃO 23

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo Método Direto, serão evidenciados como Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento, respectivamente:

- (A) pagamento de fornecedores, venda de imobilizado e aumento de capital em dinheiro.
- (B) recebimentos de clientes, transferência do saldo em conta corrente para aplicações de liquidez imediata e integralização de capital com terrenos.
- (C) pagamento de empréstimos, aquisição de imobilizado e aumento de capital com reservas de lucros.
- (D) recebimentos por vendas de mercadorias à vista, compra de veículo financiado a curto prazo e venda de imóveis de uso.
- (E) recebimentos por vendas de mercadorias a prazo, compra de veículo financiado a longo prazo e venda de imobilizado.

QUESTÃO 24

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresenta as receitas ganhas e as despesas incorridas num determinado exercício. A DRE constitui-se no relatório sucinto das operações realizadas pela empresa durante determinado período de tempo; nele sobressai um dos valores mais importantes para as pessoas nela interessadas, o resultado líquido do período, Lucro ou Prejuízo. Portanto, podemos dizer que a demonstração do resultado do exercício (DRE) é um relatório contábil que reflete:

- (A) a variação da situação financeira entre dois momentos diferentes e sua distribuição.
- (B) o patrimônio líquido em determinado momento e sua distribuição.
- (C) as despesas e receitas incorridas entre dois momentos diferentes e consecutivos.
- (D) as despesas pagas e as receitas recebidas entre dois momentos diferentes e consecutivos e sua distribuição.
- (E) as despesas de um período somente.

QUESTÃO 25

O Capital Circulante Líquido (CCL) é verificado pela diferença entre o ativo circulante (disponível, contas a receber, estoques e despesas pagas antecipadamente) e o passivo circulante (fornecedores, contas a pagar e outras exigibilidades do exercício seguinte) em um determinado momento. Assinale a operação que não afeta o CCL.

- (A) Aumento de capital em dinheiro.
- (B) Vendas de permanentes recebíveis a curto prazo.
- (C) Pagamento de fornecedores de matéria-prima.
- (D) Aquisição de financiamento bancário de longo prazo.
- (E) Aquisição de empréstimo bancário de curto prazo.

QUESTÃO 26

As contas que formam o Patrimônio Líquido podem sofrer variações por diversos motivos. Isso se chama Mutações nas Contas Patrimoniais. Assinale a alternativa que é um item que não afeta o total do patrimônio.

- (A) Aumento de capital com utilização de lucros e reservas.
- (B) Acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures.
- (C) Redução por dividendos.
- (D) Acréscimo por subscrição de capital.
- (E) Acréscimo por integralização de capital.

QUESTÃO 27

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) é uma demonstração obrigatória, de acordo com a Lei nº 11.638/07. Assinale a alternativa que corresponde à finalidade (objetivo) da DVA.

- (A) Evidenciar a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social, inclusive a formação e a utilização das reservas não derivadas do lucro.
- (B) Apresentar, de uma forma ordenada e padronizada, a situação econômica e financeira de uma empresa num determinado momento.
- (C) Apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período.
- (D) Evidenciar todos os valores correspondentes à formação da riqueza e sua distribuição.
- (E) Apresentar de forma resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas a cada dois bimestres.

QUESTÃO 28

Uma sociedade empresária, em seu exercício findo em 2012, apresentava os seguintes dados extraídos da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Descrição	Valores (R\$)
Destinação para reserva de lucros a realizar...	R\$ 180,00
Aquisição de ações de emissão própria.....	R\$ 336,00
Destinação para reserva legal.....	R\$ 840,00
Reversão de reservas de contingências.....	R\$ 4.896,00
Destinação para reserva estatutária	R\$ 6.180,00
Distribuição de dividendos obrigatórios.....	R\$ 14.496,00
Aumento de capital social com incorporação de reservas de lucros.....	R\$ 15.600,00
Lucro líquido do exercício.....	R\$ 16.800,00
Aumento de capital social com integralização em espécie (dinheiro)	R\$ 20.400,00

De acordo com os dados apresentados, assinale a alternativa que representa a variação total do Patrimônio Líquido que será apresentada na DMPL.

- (A) R\$ 22.368,00
- (B) R\$ 22.704,00
- (C) R\$ 37.968,00
- (D) R\$ 38.304,00
- (E) R\$ 39.600,00

QUESTÃO 29

Assinale a opção que apresenta exemplo de valores que reduzem o valor adicionado bruto, por estarem incluídos nos insumos adquiridos de terceiros, na Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

- (A) Aluguéis de máquinas utilizadas na produção.
- (B) Despesas com serviço de representação comercial, prestada por terceiros.
- (C) Estoque de matéria-prima.
- (D) Salários de empregados, computados no custo dos produtos vendidos.
- (E) Veículos adquiridos por meio de financiamento bancário.

QUESTÃO 30

A publicação de Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras está prevista no § 4º do artigo 176 da Lei das S/A: "as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício". Analise as afirmativas.

- I. As Notas Explicativas poderão estar relacionadas a qualquer outra das Demonstrações Financeiras.
- II. Os objetivos das Notas Explicativas, além de mostrar os critérios contábeis utilizados pelas organizações, são de esclarecer a composição do saldo de determinadas contas, os métodos de depreciação e os critérios de avaliação das aplicações e das origens dos recursos.
- III. As Notas Explicativas complementam as demonstrações contábeis com a intenção de deixar plena a avaliação da situação e da evolução patrimonial de uma empresa.
- IV. As Notas Explicativas devem fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

É correto o que se afirma somente em:

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

QUESTÃO 31

A norma que limita os gastos com despesa de pessoal no âmbito governamental tem o objetivo de propiciar uma gestão responsável e transparente, cumpridora de metas e mantenedora de um equilíbrio das contas por meio do controle dos gastos públicos, de forma a evitar o comprometimento de toda a receita de um órgão ou ente a uma área específica, sacrificando os recursos destinados ao investimento e à implantação de políticas públicas. Assim, de acordo com o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a repartição dos limites globais com despesa de pessoal, na esfera municipal, não poderá exceder a:

- (A) no Executivo, 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) e, no Legislativo, 3% (três por cento), incluído o Tribunal de Contas do município, quando existir.
- (B) no Executivo, 49% (quarenta e nove por cento) e, no legislativo, 11% (onze por cento), excluído o Tribunal de Contas do município, quando existir.
- (C) no Executivo, 54% (cinquenta e quatro por cento) e, no Legislativo, 6% (seis por cento), incluído o Tribunal de Contas do município, quando existir.
- (D) no Executivo, 54% (cinquenta e quatro por cento) e, no Legislativo, 6% (seis por cento), excluído o Tribunal de Contas do município, quando existir.
- (E) no Executivo, 60% (sessenta por cento) e, no Legislativo, 2% (dois por cento), incluído o Tribunal de Contas do município, quando existir.

QUESTÃO 32

Considerando o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em seus artigos 52 e 54, nessa ordem, pode-se afirmar que:

- (A) os dois relatórios possuem periodicidade quadrimestral apenas.
- (B) ambos possuem periodicidade bimestral.
- (C) possuem periodicidade bimestral e quadrimestral, respectivamente.
- (D) ambos são de responsabilidade exclusiva do titular do poder executivo, mesmo quando tratarem das diversas gestões nos poderes Legislativo e Judiciário.
- (E) sua composição, embora definida em lei, pode ser alterada a critério do emitente.

QUESTÃO 33

Considerando os demonstrativos financeiros aplicáveis ao setor público, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu art. 52, exige um destes demonstrativos como elemento obrigatório que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Assinale a alternativa que indica tal demonstrativo.

- (A) Balanço Orçamentário.
- (B) Balanço Financeiro.
- (C) Balanço Patrimonial.
- (D) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (E) Demonstração do Resultado do Exercício.

QUESTÃO 34

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu art. 50, a escrituração e consolidação das contas, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, deverá observar, ainda, vários outros itens previstos na própria Lei para a manutenção das orientações da Norma. Dessa forma, analise as afirmativas com foco no art. 50 da LC nº 101/2000 e assinale a correta.

- (A) A disponibilidade orçamentária constará de registro próprio, de modo que as dotações vinculadas a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificadas e escrituradas de forma individualizada.
- (B) A despesa e a assunção de compromissos, bem como, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros, serão registradas segundo o regime de competência.
- (C) As receitas e as despesas previdenciárias serão apresentadas em conjunto com os demonstrativos financeiros e orçamentários do orçamento fiscal.
- (D) As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente.
- (E) Apenas as operações de crédito e as inscrições em Restos a Pagar deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

QUESTÃO 35

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu art. 19 § 1º, para realizar o cálculo da despesa total com pessoal, algumas despesas não deverão ser incluídas no cômputo. Assim, assinale a alternativa que reflete o item que não deve ser considerado.

- (A) Indenização por demissão de servidores ou empregados.
- (B) Despesas com cargos comissionados.
- (C) Despesas com pagamentos de Militares.
- (D) Pagamento de horas extras.
- (E) Despesas com décimo terceiro salário.

QUESTÃO 36

De acordo com o art. 31 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos casos em que um ente da Federação tenha ultrapassado o limite da dívida consolidada ao final de um quadrimestre, deverá adotar a seguinte providência conforme previsto na norma:

- (A) reconduzir a dívida a seus limites, até o término dos quatro quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente no mínimo em 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro quadrimestre.
- (B) reconduzir a dívida a seus limites, até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) já no primeiro quadrimestre.
- (C) reconduzir a dívida a seus limites nos dois exercícios subsequentes.
- (D) o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo, pelo menos, um terço no primeiro.
- (E) reconduzir a dívida a seus limites, até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no segundo quadrimestre.

QUESTÃO 37

O princípio orçamentário que determina que todas as receitas e despesas do ente público devem constar na elaboração do orçamento é intitulado como princípio da:

- (A) não afetação.
- (B) especificação.
- (C) unidade.
- (D) exclusividade.
- (E) universalidade.

QUESTÃO 38

O ciclo ou processo orçamentário pode ser definido como uma série de procedimentos, contínuos, dinâmicos e flexíveis, por meio dos quais se elabora, aprova, executa, controla e avalia a execução orçamentária. Portanto, o ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a apreciação final (prestação de contas e avaliação de desvios em relação ao planejado). Assim, quando se refere ao ciclo orçamentário, é incorreto afirmar que:

- (A) corresponde ao período em que se processam as atividades restritas ao processo orçamentário.
- (B) compreende uma série de etapas que se repetem em períodos determinados.
- (C) confunde-se com o exercício financeiro.
- (D) a elaboração da proposta orçamentária, a discussão, votação e aprovação da lei orçamentária, a execução orçamentária, e o controle da avaliação da execução orçamentária são partes integrantes do ciclo orçamentário.
- (E) a fase de preparação da proposta orçamentária e sua elaboração legislativa antecedem o exercício financeiro. Já a fase de avaliação e prestação de contas extrapola-o.

QUESTÃO 39

Com apoio dos dados hipotéticos a seguir, apurados ao final de um período X, e considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) sobre o conceito de receita corrente líquida, assinale a alternativa que indica a despesa total máxima, no âmbito da União, a ser realizada com pessoal. Importante considerar para o cálculo que:

- o total de transferências constitucionais ou legais a estados e municípios equivale a 50% das transferências correntes; e
- a contribuição de servidores para o custeio de seu sistema de previdência e assistência social equivale a 50% das receitas de contribuições.

Receitas Correntes	R\$	Despesas Correntes	R\$
Tributárias	130	Custeio	150
De Contribuições Patrimoniais	70	Transferências Correntes	90
De Serviços	30	De Capital	
Transferências Correntes	25	Investimentos	40
De Capital	20	Inversões Financeiras	30
Operações de Crédito		Transferências de Capital	70
Alienação de Bens	70		
Transferências de Capital	20		
	15		
Total	380	Total	380

- (A) R\$ 137,50
 (B) R\$ 50,50
 (C) R\$ 75,00
 (D) R\$ 80,00
 (E) R\$ 97,50

QUESTÃO 40

As principais técnicas para utilização em análise de balanços podem ser resumidas em uma tríade de aplicação, a saber: análise horizontal, análise vertical e análise por indicadores financeiros. No que se refere à análise horizontal, podemos dizer que sua principal finalidade é verificar:

- (A) a situação específica de uma instituição sem considerar o fator tempo na evolução.
 (B) a evolução dos elementos que formam as demonstrações contábeis ao longo do tempo.
 (C) a participação percentual dos componentes das demonstrações contábeis ao longo do tempo.
 (D) se a instituição tem lucro satisfatório em relação aos investimentos efetuados.
 (E) se uma instituição tem recursos suficientes para manter sua continuidade operacional.

QUESTÃO 41

As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros de transações e outros eventos, por meio de agrupamento em classes amplas de acordo com suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Analise as afirmativas como conceituação dos elementos da posição patrimonial e financeira de um balanço patrimonial.

- I. É um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- II. É uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- III. É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

As afirmativas são, respectivamente, as definições de:

- (A) Patrimônio Líquido, Passivo e Ativo.
 (B) Passivo, Patrimônio Líquido e Ativo.
 (C) Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.
 (D) Passivo, Ativo e Patrimônio Líquido.
 (E) Patrimônio Líquido, Ativo e Passivo.

QUESTÃO 42

O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR) tem sede e foro na Capital do Estado do Paraná e exerce suas atribuições em todo o Estado do Paraná, sendo regido pelas Leis Federais, pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pelo Regimento Interno. A respeito da composição do CRC-PR, pode-se afirmar que é composto por:

- (A) Órgãos Deliberativos, Órgãos Executivos, Conselho Consultivo e Conselho Diretor.
 (B) Órgãos Deliberativos, Órgãos Executivos, Conselho Consultivo e Plenário.
 (C) Presidência, Órgãos Executivos, Conselho Consultivo e Ouvidoria.
 (D) Órgãos Deliberativos, Órgãos Executivos, Conselho Consultivo e Ouvidoria.
 (E) Órgãos Deliberativos, Câmara de Registro, Conselho Consultivo e Ouvidoria.

QUESTÃO 43

O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR) é constituído de 27 (vinte e sete) conselheiros efetivos e igual número de suplentes, dentre Contadores e, no mínimo, 1 (um) Técnico em Contabilidade, eleitos na forma da legislação vigente. A respeito do mandato dos conselheiros, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandato dos Conselheiros efetivos e suplentes é de 6 (seis) anos, permitida a reeleição, renovando-se a composição do órgão de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alternadamente, por 1/3 (um terço) e por 2/3 (dois terços).
- (B) O mandato dos Conselheiros efetivos e suplentes é de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição, renovando-se a composição do órgão de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alternadamente, por 1/3 (um terço) e por 2/3 (dois terços).
- (C) O mandato dos Conselheiros efetivos e suplentes é de 4 (quatro) anos, não permitida a reeleição, renovando-se a composição do órgão de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alternadamente, por 1/3 (um terço) e por 2/3 (dois terços).
- (D) O mandato dos Conselheiros efetivos e suplentes é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, renovando-se a composição do órgão de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alternadamente, por 1/3 (um terço) e por 2/3 (dois terços).
- (E) O mandato dos Conselheiros efetivos e suplentes é de 2 (dois) anos, não permitida a reeleição, renovando-se a composição do órgão de 2 (dois) em 2 (dois) anos, alternadamente, por 1/3 (um terço) e por 2/3 (dois terços).

QUESTÃO 44

Ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR) compete orientar, disciplinar, fiscalizar técnica e eticamente o exercício da profissão contábil, cabendo-lhe, também, registrar, cadastrar, manter, baixar, revigorar e cancelar os registros dos profissionais da contabilidade e das organizações contábeis sob sua jurisdição, sem prejuízo das demais competências previstas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. Com relação às competências do Conselho Diretor como Órgão Deliberativo, analise as afirmativas.

- I. Elaborar o projeto de Regimento Interno e suas alterações, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Contabilidade.
- II. Tomar conhecimento e deliberar sobre as questões administrativas, orçamentárias, financeiras e operacionais do CRC-PR.
- III. Aprovar o registro dos Contadores e dos Técnicos em Contabilidade e o cadastro das organizações contábeis.

- IV. O Conselho Diretor reunir-se-á por convocação da Presidência ou de metade de seus membros, a fim de tratar de assuntos relevantes, os quais devem constar de pauta previamente elaborada.

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) I e III.
- (B) III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

QUESTÃO 45

Segundo o Regimento Interno do CRC-PR, ao Plenário, que se constitui de todos os Conselheiros efetivos do Conselho, compete:

- I. Orientar, disciplinar, fiscalizar, pelos órgãos próprios, o exercício da profissão contábil, prevenindo as infrações e punindo os infratores, bem como comunicar às autoridades competentes os fatos que apurar, cuja solução e repressão não sejam de sua alçada.
- II. Assessorar, orientar e colaborar com o Presidente do CRC-PR em sua política e administração.
- III. Eleger o Presidente, o Vice-presidente de Administração e Finanças, os Vice-Presidentes das Câmaras e seus respectivos membros.
- IV. Promover as medidas necessárias às execuções de suas Deliberações.
- V. Promover as medidas necessárias às execuções de suas Deliberações.

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) I e III.
- (B) III e V.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

QUESTÃO 46

No Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR) as sessões do Plenário e das Câmaras dividir-se-ão em 3 (três) partes, a saber: a) EXPEDIENTE; b) ORDEM DO DIA; c) INTERESSE GERAL. As sessões do Plenário serão dirigidas pelo Presidente e as das Câmaras por seus Vice-Presidentes. Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação. Sobre o assunto, analise as afirmativas.

- I. As decisões do Plenário e das Câmaras serão tomadas por maioria simples e constarão das atas respectivas.
- II. A ordem de votação será a seguinte: Relator, Conselheiros e, por último, o Presidente, a quem compete, no caso de empate, proferir o voto de qualidade.
- III. Concluída a votação, nenhum Conselheiro poderá modificar o seu voto e, proclamada a decisão, nenhuma apreciação ou crítica poderá ser feita sobre a mesma.

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 47

No Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR) as receitas são oriundas, também, do pagamento das anuidades dos Contabilistas ali registrados. A cobrança das anuidades será feita por meio de estabelecimento bancário oficial, escolhido pelo CRC-PR, e o produto da arrecadação será creditado, direta e automaticamente, na proporção de _____ e de _____ nas contas, respectivamente, do Conselho Federal de contabilidade e do CRC-PR, observadas as especificações estabelecidas em ato do CFC.

Assinale a alternativa que preencha, correta e respectivamente, as lacunas do texto acima.

- (A) 10% (10 por cento) / 90% (noventa por cento).
- (B) 20% (vinte por cento) / 80% (oitenta por cento).
- (C) 30% (trinta por cento) / 70% (setenta por cento).
- (D) 50% (cinquenta por cento) / 50% (cinquenta por cento)
- (E) 40% (quarenta por cento) / 60% (sessenta por cento).

QUESTÃO 48

A receita pública, desde sua inclusão na proposta orçamentária até seu recolhimento ao caixa único do Tesouro Nacional, passa por fases ou estágios. Estágio da receita orçamentária é cada passo ou fase que identifica e evidencia o comportamento da receita, facilitando o conhecimento, o registro e a gestão dos ingressos de recursos. Assim, pode-se afirmar que os estágios da receita pública são, respectivamente:

- (A) lançamento, previsão, recolhimento e arrecadação.
- (B) lançamento, previsão, arrecadação e recolhimento.
- (C) previsão, lançamento, recolhimento e arrecadação.
- (D) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (E) arrecadação, lançamento, previsão e recolhimento.

QUESTÃO 49

As receitas públicas originárias são aquelas provenientes do patrimônio público, ou seja, são receitas arrecadadas por meio do patrimônio administrativo (bens e direitos) colocados à disposição da sociedade mediante cobrança de determinado preço. As receitas públicas derivadas, como o próprio nome indica, derivam do patrimônio da sociedade. Pode-se afirmar que, entre as afirmativas, apenas uma apresenta uma receita derivada. Qual?

- (A) Receitas de contribuições sociais.
- (B) Dividendos recebidos de empresas estatais.
- (C) Receitas de atividades industriais promovidas pelo ente público.
- (D) Receitas de aluguéis de imóveis de propriedade do ente público.
- (E) Doações recebidas pelo ente público.

QUESTÃO 50

Entre as modalidades de licitação, assinale a alternativa que se refere à tomada de preços.

- (A) Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para a execução de seu projeto.
- (B) Modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vendedores.
- (C) Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração Pública ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- (D) Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (E) Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente a seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO SISTEMA CFC/CRC's

QUESTÃO 51

De acordo com Decreto-Lei nº 9.295/46, não é considerado trabalho técnico de contabilidade:

- (A) coordenação da abertura, do registro e do protocolamento de processos pertinentes à fiscalização contábil.
- (B) organização e execução de serviços de contabilidade em geral.
- (C) escrituração dos livros obrigatórios.
- (D) prestação de assistência aos Conselhos Fiscais das Sociedades Anônimas.
- (E) execução de revisão de balanços e de contas em geral.

QUESTÃO 52

Em relação ao processo ético-disciplinar, assinale a alternativa incorreta acerca das punições previstas no Decreto-Lei nº 9.295/46.

- (A) Multa pecuniária.
- (B) Suspensão do exercício profissional por prazo determinado.
- (C) Cassação do exercício profissional.
- (D) Advertência reservada e advertência pública.
- (E) Censura reservada e censura pública.

QUESTÃO 53

A respeito dos procedimentos processuais, é correto afirmar que:

- (A) os atos processuais serão produzidos preferencialmente em vernáculo nacional, em duas vias por escrito, com data, hora e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- (B) a autenticação de documentos e o reconhecimento de firmas serão obrigatoriamente feitos em todos os procedimentos.
- (C) salvo previsão legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.
- (D) se admitem, nos atos e termos, espaços em branco, emendas ou rasuras, desde que sejam ressalvadas em negrito.
- (E) os documentos devem ser juntados ao processo em ordem cronológica e devem ser rubricados; as folhas não precisam ser numeradas sequencialmente e apenas rubricadas.

QUESTÃO 54

Considerando o princípio da legalidade, temos que os atos processuais deverão ser motivados quando:

- (A) afetem interesses, mas não direitos.
- (B) decidam recursos.
- (C) deixa-se de aplicar jurisprudência firmada sobre determinada questão por se tratar de fato que independe de provas.
- (D) importem anulação, revogação ou convalidação de ato administrativo, mas não se aplica a suspensão.
- (E) importem anulação, revogação ou suspensão de ato administrativo, mas não se aplica a convalidação.

QUESTÃO 55

Considerando a extinção e a exclusão dos créditos exigidos pelos Conselhos de Contabilidade, assinale a alternativa que corresponde a uma forma de exclusão.

- (A) Pagamento.
- (B) Transação.
- (C) Remissão.
- (D) Prescrição e decadência.
- (E) Isenção.

QUESTÃO 56

Para os efeitos da Resolução CFC nº 1.368/11, os Conselhos de Contabilidade podem aceitar requerimento, com pedido de pagamento de anuidades em atraso, de forma parcelada. Analise as seguintes condições de parcelamento.

- I. À vista, com redução de 35% (trinta e cinco por cento).
- II. De 13 a 24 parcelas, com redução de 30% (trinta por cento).
- III. De 25 a 36 parcelas, com redução de 20% (vinte por cento).

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

QUESTÃO 57

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os aspectos da Resolução CFC nº 1.390/12, quanto à definição de Organização Contábil de Responsabilidade Individual.

- (A) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada: pessoa jurídica privada, exclusivamente unipessoal, profissional da Contabilidade que execute suas atividades em local determinado e com até o número de 50 (cinquenta) empresas ou serviços sob sua responsabilidade, de acordo com a Lei nº 12.441/11.
- (B) Empresário Individual: pessoa física ou jurídica, profissional da Contabilidade que execute suas atividades independentemente do local e com o número de 30 (trinta) empresas ou serviços sob sua responsabilidade, de acordo com a Lei nº 10.406/02.
- (C) Microempreendedor Individual: pessoa física, profissional da Contabilidade que execute suas atividades independentemente do local e do número de empresas ou serviços sob sua responsabilidade, de acordo com as Leis Complementares nº 123/06 e 128/08.
- (D) Escritório Individual: assim caracterizado quando o profissional da Contabilidade, com personalidade jurídica restrita, execute suas atividades em local próprio, sem empregado(s), e com o número de até 20 (vinte) empresas ou serviços sob sua responsabilidade.
- (E) Microempreendedor Individual: pessoa física, profissional da Contabilidade que execute suas atividades independentemente do local e com o número de até 30 (trinta) empresas ou serviços sob sua responsabilidade, de acordo com as Leis Complementares nº 123/06 e 128/08.

QUESTÃO 58

Considere as seguintes afirmativas sobre as hipóteses de Cancelamento do Registro Cadastral para as Organizações Contábeis de Responsabilidade Individual ou Coletivas.

- I. Doença grave, falecimento ou cassação do registro profissional do titular de Organizações Contábeis de Responsabilidade Individual.
- II. Encerramento de atividade mediante baixa definitiva do CNPJ e Junta Comercial, no caso de contribuinte individual de responsabilidade limitada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
- III. Mediante requerimento do interessado e comprovante de encerramento da atividade para o Escritório Individual.
- IV. Mediante abertura de processo por iniciativa do CRC, em caso de falecimento ou cassação do sócio administrador.

- V. Em caso de vacância de responsável técnico e caso o(s) sócio(s) remanescente(s) não recompuserem o novo sócio no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, mediante comprovação de notificação e ciência dos demais sócios.

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) III e V.

QUESTÃO 59

Tendo em vista o que a Resolução CFC nº 1.494/15 dispõe sobre a Cassação e a Suspensão para o exercício da atividade profissional decorrente de aplicação de penalidade com trânsito em julgado, é incorreto afirmar que:

- (A) a cassação do exercício profissional de contador ou técnico em contabilidade, desde que homologada por 2/3 (dois terços) do Plenário do Tribunal Regional de Ética e Disciplina, bem como por 2/3 (dois terços) do Plenário do Tribunal Superior de Ética e Disciplina, acarretará o cancelamento do Registro Profissional.
- (B) a cassação do exercício profissional de contador ou técnico em contabilidade, desde que homologada por 1/3 (um terço) do Plenário do Tribunal Regional de Ética e Disciplina, bem como por 1/3 (um terço) do Plenário do Tribunal Superior de Ética e Disciplina ou do Plenário do Tribunal Superior de Orientação e Fiscalização, acarretará o cancelamento do Registro Profissional, após advertência e censura pública.
- (C) a cassação de sócio de organização contábil de responsabilidade coletiva pode acarretar a baixa de Registro Cadastral de organização contábil, se não for realizada a devida alteração contratual pelo(s) sócio(s) remanescente(s), obrigatoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias.
- (D) a cassação do Registro Profissional de titular de organização contábil de responsabilidade individual acarreta o cancelamento do Registro Cadastral da organização contábil.
- (E) decorrido o prazo da penalidade de suspensão, o Registro Profissional será restabelecido automaticamente, independentemente de solicitação.

QUESTÃO 60

Quanto às disposições para alteração de nome ou nacionalidade, o contador ou técnico em contabilidade deverá:

- (A) encaminhar requerimento ao CRC, sendo necessária somente a apresentação da Carteira de Identidade Profissional e o recolhimento da anuidade.
- (B) encaminhar requerimento ao CRC, pelos Correios e acompanhado dos documentos que comprovam as alterações, sendo necessária comprovação de recolhimentos das taxas de registro profissional, da Carteira de Identidade Profissional e da anuidade.
- (C) encaminhar requerimento ao CRC, após a comprovação de recolhimentos das taxas de registro profissional, da Carteira de Identidade Profissional e da anuidade, sendo facultado ao Contador o recolhimentos de emolumentos.
- (D) encaminhar requerimento ao CRC, após a comprovação de recolhimentos das taxas de registro profissional, da Carteira de Identidade Profissional e da anuidade, instruído com documentos.
- (E) encaminhar requerimento ao CRC, de forma eletrônica, pelo site do CRC de origem, após a comprovação de recolhimentos dos emolumentos de transferência e da Carteira de Identidade Profissional.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

ESPAÇO PARA RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- 1 Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de seu texto, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
- 2 A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
- 3 A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato**. Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
- 4 A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO será o único documento válido para avaliação da prova. A folha rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- 5 O texto deverá ter extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas.
- 6 O candidato receberá nota igual a zero em casos de fuga ao tema ou ao gênero proposto, de haver texto com quantidade inferior a 15 (quinze) linhas, de não haver texto, de não haver respeito à estrutura textual, de identificação em local indevido, se o texto for escrito a lápis ou caneta de cor diferente da especificada no item 2 acima, ou apresentar letra ilegível.

QUESTÃO

PEC 241 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A lógica da PEC reside no controle do ritmo de aumento das despesas. Nos termos propostos, a elevação da despesa estaria limitada à taxa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Desse modo, a despesa poderia crescer em termos nominais, mas não em termos reais.

Passaria a ser controlado, como visto, o ritmo de crescimento global das despesas da União, de forma individualizada para Poderes e Órgãos autônomos.

Cabe, contudo, um esclarecimento. De modo mais específico, a PEC passaria a controlar as despesas “primárias” da União. Do ponto de vista fiscal, as despesas públicas comportam duas espécies: há as despesas “primárias” (ou não financeiras) e as “financeiras”. As despesas primárias, grosso modo, são as que têm o efeito de elevar o endividamento público medido em termos líquidos. Ou seja, quando há um gasto com despesa primária, há aumento da dívida líquida do setor público. É que quando essas despesas ocorrem não há, em contrapartida, redução de outras obrigações ou aumento de direitos de natureza financeira. Daí a importância de controlar essas despesas.

Trata-se, em essência, de uma sistemática de crescimento real zero da despesa primária da União. Dito dessa forma, revela-se uma qualidade da nova regra, que é a simplicidade, sendo de apreensão direta pelos diversos agentes econômicos.

Revela-se pertinente e oportuna, portanto, uma regra fiscal que limite, por tempo determinado, o crescimento da despesa primária da União. Como observado, os superávits primários gerados na década seguinte à LRF não representaram esforço fiscal propriamente dito, dado que não estiveram ancorados na redução e racionalização da despesa pública, mas no aumento mais que compensatório da arrecadação durante o ciclo de crescimento da economia.

Para que um eventual novo ciclo de crescimento possa ser aproveitado de modo mais consistente, a gestão fiscal deve se dar sob um ambiente capaz de gerar a economia necessária para o enfrentamento dos desafios fiscais de longo prazo do país.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/521801>

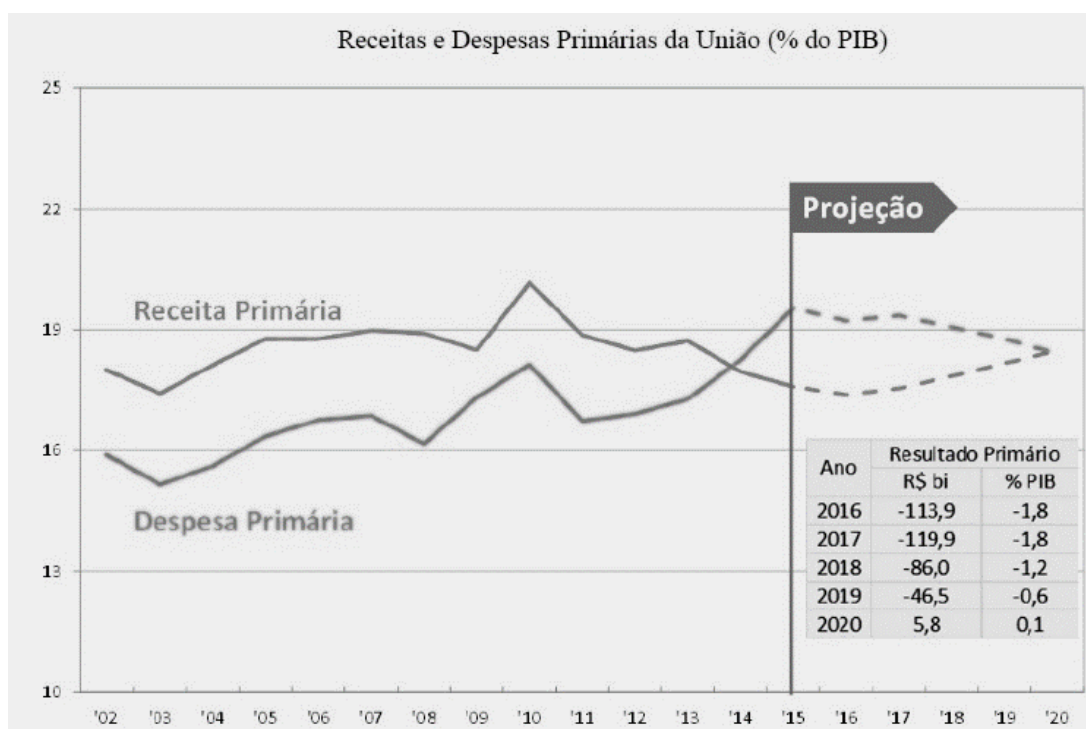
“Há 16 anos nós avançamos com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas infelizmente alguns governos negligenciaram no planejamento, no controle, na transparência, na responsabilidade fiscal. A PEC 241 vem para reforçar a LRF porque nenhum país recupera sua economia sem, no mínimo, estabelecer limite para os gastos públicos”, ressaltou o relator da LRF à época e Presidente do Instituto Teotônio Vilela de Pernambuco Joaquim Francisco.

<http://itv.org.br/pensando-o-brasil/economia/com-apoio-do-psdb-camara-aprova-pec-do-novo-regime-fiscal-em-segundo-turno>

A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a proposta de emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos, a PEC 241 ou PEC 55, dependendo da Casa legislativa, que congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. Com as contas no vermelho, o presidente Michel Temer vê na medida, considerada umas das maiores mudanças fiscais em décadas, uma saída para sinalizar a contenção do rombo nas contas públicas e tentar superar a crise econômica. O mecanismo enfrenta severas críticas da nova oposição, liderada pelo PT, pelo PSOL e pelo PCdoB, mas também vindas de parte dos especialistas, que veem na fórmula um freio no investimento em saúde e educação previstos na Constituição. O texto da emenda, que agora será incorporado à Constituição, também tem potencial para afetar a regra de reajuste do salário mínimo oficial.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, diz que "não há possibilidade de prosseguir economicamente no Brasil gastando muito mais do que a sociedade pode pagar. Este não é um plano meramente fiscal." Para a equipe econômica, mesmo sem atacar frontalmente outros problemas crônicos das contas, como a Previdência, o mecanismo vai ajudar "a recuperar a confiança do mercado, a gerar emprego e renda" ao mesmo tempo em que conterá os gastos públicos, que estão crescendo ano a ano, sem serem acompanhados pela arrecadação de impostos. Para uma parte dos especialistas, pela primeira vez o Governo está atacando os gastos, e não apenas pensando em aumentar as receitas. O Governo Temer não cogita, no momento, lançar mão de outras estratégias, como aumento de impostos ou mesmo uma reforma tributária, para ajudar a sanar o problema do aumento de gasto público no tempo.

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html



Fonte: Tesouro Nacional (dados realizados), Expectativas do mercado divulgadas pelo Bacen (para projeções de crescimento real do PIB e IPCA) e Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Poder Executivo de maio de 2016 (para receitas, despesas e PIB nominal de 2016).

Com o apoio unicamente motivador dos textos e do gráfico acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito dos limites de gastos do governo contemplando os seguintes aspectos:

- limites dos gastos públicos primários (orçamento com pessoas, saúde, educação, despesas essenciais, entre outras) na PEC 241 (PEC 55) frente ao equilíbrio das contas públicas no horizonte dos próximos 20 anos como prevê a PEC;
- contribuição da LRF (somente sob a alçunha dos gastos federais) no atingimento dos tetos estabelecidos na PEC;
- recuperação da confiança do mercado e da economia sob o ponto de vista do emprego e da renda;
- sanções pelo não cumprimento da PEC em detrimento do que ocorre na LRF, que prevê apenas teto para gastos com pessoal.

FOLHA DE RASCUNHO (em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

AO RECEBER SUA FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, NÃO ASSINE E NÃO ULTRAPASSE 30 LINHAS.

ESPAÇO PARA RASCUNHO